

## A crise ucraniana e as Estratégias Nacionais de Defesa dos EUA e da Europa: a volta do *hard power*?

### The Ukrainian crisis and the USA and Europe National Strategy of Defense: the return of hard power?

João Fábio Bertonha\*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 145, set.-out. 2014 [p. 25 a 33]

A crise da Ucrânia e da Criméia está longe de terminar e, entre altos e baixos, idas e vindas, ainda está em andamento. Evidentemente, ninguém pode saber como a situação terminará, ainda que alguns cenários possam ser imaginados. Do mesmo modo, fica difícil saber com exatidão, nesse ponto, quais foram as reais motivações, os enganos, as interpretações errôneas e verdadeiras, as improvisações que conduziram aos acontecimentos dos últimos meses<sup>1</sup>. Só teremos um quadro mais claro nos anos a seguir, quando depoimentos e documentos forem desclassificados e o quadro decisório estiver mais claro. Trabalhar com a história do tempo presente, com os acontecimentos ainda em ebulição, tem esse lado negativo, mas algumas observações gerais já podem ser feitas.

Em primeiro lugar, vemos um país dividido, não necessariamente apenas entre leste russo e oeste ocidental, mas também por interesses econômicos, sociais, projetos políticos e de mundo, etc (Rjabčuk, 2014). E um país que está na fronteira, na rota de colisão, de dois espaços, de dois projetos. De um lado, uma União Europeia e uma OTAN que têm se expandido continuamente pela Europa oriental desde os anos 1990 e que agora chega às fronteiras russas, na Geórgia e na Ucrânia. De outro, uma Rússia incomodada com esse avanço em áreas consideradas de seu interesse imediato e, no caso da Ucrânia, em um país crucial para a segurança e a própria identidade russas.

Desde a dissolução da União Soviética, há um objetivo claro em Moscou: a reconstrução do espaço soviético ao seu redor. Já assumindo que os países bálticos estão perdidos e que uma política de anexação territorial direta seria mal vista e até desnecessária, o Kremlin tem procurado criar uma união entre os antigos Estados soviéticos, tendo a Rússia como centro. Já tendo assumido várias denominações e formatos, sua atual encarnação é a União Eurasiana, que reúne Rússia, Bielorrússia, Casaquistão, Armênia e, provavelmente, no futuro, o Quirquistão, o Tadjiquistão e o Turcomenistão.

Essa União está ainda a ser construída e precisa, é óbvio, sair do papel. Seu objetivo parece ser, em essência, a formatação de uma espécie de União Europeia oriental, com objetivos centralmente de integração econômica. Não obstante, discussões sobre uma integração cultural, política e mesmo militar têm surgido, não sendo possível, claro, saber o que se tornará realidade e o que é mera especulação. O fato, contudo, que a Rússia seria, de longe,

\* Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (fabiobertonha@hotmail.com).

1 Para uma abordagem mais ampla a respeito da dissolução do espaço soviético e do papel da Rússia na nova ordem mundial, ver Bertonha (2009 e 2011). Um artigo muito bom na abordagem, factual e interpretativa, da presente crise é Mielniczuk (2014). Remeto a esses textos para aprofundamentos e bibliografia adicional.

o Estado dominante nessa União pode significar que esse processo de integração pode avançar com muito mais celeridade e que, ao contrário da União Europeia, o processo decisório seria mais rápido, já que centrado em Moscou.

Entre os países em disputa entre as duas Uniões estão Moldova, Geórgia e Ucrânia. Essa representa, de longe, o maior prêmio e se, para a União Europeia, seria desejável ter Kiev mais próxima, para a Federação russa e a União Eurasiana é questão de vida e morte. Tenho dúvidas, na verdade, se a Europa realmente quer incorporar a Ucrânia na União, pois representaria um dreno de recursos em um momento de crise, um desequilíbrio de forças no interior do sistema europeu e uma fronteira direta com a Rússia. O que a Europa e os Estados Unidos desejam, na verdade, parece ser uma área de influência, mantendo a Rússia afastada. Já nos anos 1990, Brzezinsky (1997) afirmou que a independência da Ucrânia era crucial para impedir o ressurgimento do poder russo e as lideranças ocidentais parecem ter ouvido a sua advertência, a qual ele continua a repetir, aliás (Brzezinsky, 2014).

Nesse ponto, houve uma certa ingenuidade, talvez arrogância, por parte do Ocidente ao pretender uma aproximação ainda mais densa do Estado ucraniano com a Europa, excluindo, até certo ponto, os interesses russos. Uma Ucrânia que abandonasse o equilíbrio que ela vem mantendo entre os dois lados desde 1991 e se ligasse mais firmemente ao Ocidente seria algo intolerável para a segurança, a identidade e os interesses econômicos e estratégicos de Moscou, não espantando que tenha acontecido uma reação. Não foi uma manifestação do “tradicional expansionismo russo”, mas uma demonstração de que um limite havia sido atingido e que a Rússia poderia até conviver com o equilíbrio ucraniano, mas não com uma Ucrânia ainda mais ligada ao Ocidente.

O que talvez tenha espantado os europeus tenha sido o caráter dessa reação, que combinou ofertas comerciais e econômicas com pressão militar e política, numa exibição de *hard power* que chocou uma Europa desacostumada a lidar com isso e sem armas para responder a contento.

Com efeito, pensando em termos estratégicos, a Europa reagiu em termos retóricos e com algumas sanções, com algum potencial de afetar interesses russos, mas nada realmente em larga escala. O esforço europeu foi sempre o de temporizar, colocar panos quentes, tentar chegar a um entendimento. Num certo sentido, um esforço válido da diplomacia europeia, mas também um sinal de fraqueza. Os países da União Europeia não se apresentaram como um fronte único, estando divididos conforme seus interesses e sua dependência dos mercados e do gás russo. Nesse sentido, por exemplo, os países bálticos e a Polônia pediam medidas mais duras, enquanto a Alemanha e a Itália temporizavam (Bassetts, 2014). A diplomacia europeia (e, ainda que em menor escala, a americana) também perdeu força, do mesmo modo, quando ficou evidente que nenhuma resposta militar era possível.

Com efeito, a perspectiva de ação militar era e é pequena. Em março, num esforço para “flexionar os músculos”, os EUA enviaram uma potente força naval, integrada pelo porta-aviões George H. Bush, dezessete navios e três submarinos, ao Mar Egeu, em distância operacional da Crimeia e da Ucrânia. Por si só, essa força dispunha de mais poderío aéreo que toda a Força Aérea ucraniana e, na verdade, do que todos os países da bacia do Mar Negro combinados, Rússia excluída. Os russos reagiram reforçando suas baterias antiaéreas S-400, das melhores do mundo. O Pentágono sugeriu que, se preciso, as forças americanas seriam capazes de neutralizar tais sistemas, mas o fato evidente é que, numa disputa em pleno coração do espaço aéreo russo, as perspectivas de uma vitória fácil dos americanos seria limitada. Em terra, então, a superioridade numérica russa e a proximidade logística compensariam, provavelmente, a superioridade técnica das forças dos EUA.

Na verdade, o grande problema, sempre reduzindo os termos da equação apenas aos aspectos militares, é que os Estados Unidos, caso se decidissem por uma ação militar em larga escala (contra uma, ainda que improvável, invasão em massa da Ucrânia pelos russos), não teriam algo que tem sido um pré-requisito básico para as suas operações convencionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ou seja, a presença de aliados para fornecerem o grosso das tropas de terra.

É um fato que, desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA lutam e vencem suas guerras através do seu imenso poderio aéreo e naval, o qual é utilizado para concentrar poder de fogo em apoio às tropas em terra, que fazem o serviço mais custoso e demorado de derrotar o inimigo e ocupar o terreno. Nos momentos em que tais tropas eram americanas (e as baixas eram, pois, do seu Exército) e não havia um consenso interno sobre a aceitação dessas baixas (como durante a última guerra mundial), o descontentamento interno explodiu e houve necessidade de uma retirada, como no Vietnã, no Afeganistão e no Iraque.

Para os EUA, dispor de aliados no terreno para fazer o trabalho mais custoso e punitivo, no máximo com algum auxílio das forças terrestres do US Army e dos fuzileiros, sempre foi, pois, fundamental militar e politicamente. Dessa forma, foi com o apoio da Aliança do Norte que eles expulsaram o Talibã do Afeganistão e é dos curdos que eles esperam, hoje, que venham as forças de infantaria para que o Estado islâmico seja derrotado no Iraque. Durante a Guerra Fria, apesar da presença de fortes contingentes de terra do Exército americano na Europa, eram os alemães da *Bundeswehr* que deveriam fornecer o grosso das forças blindadas e de infantaria para impedir o avanço do Exército Vermelho, com algum auxílio britânico, francês, belga e de outros aliados.

Essa hipótese não existe mais. Há anos, os europeus começaram a reorientar suas forças armadas para um padrão cada vez mais de defesa do território contra ameaças assimétricas (terrorismo, pirataria, estabilização de crises humanitárias, etc.) ou para a participação em forças expedicionárias fora da Europa, quase sempre em associação com os EUA. As maciças forças de infantaria, de blindados e artilharia que antes existiam foram cortadas radicalmente, tanto que o serviço militar foi abolido na maior parte da Europa. A Holanda deixou de ter forças blindadas em 2012, assim como a Bélgica. O quadro se repete em toda a Europa ocidental e o processo continua, conforme podemos inferir analisando alguns dos países mais importantes e as notícias mais recentes.

Na Itália, além da contínua polêmica sobre a aquisição dos caças F-35 e sobre os desperdícios e privilégios dos militares, a necessidade de cortes orçamentários ainda mais duros voltou à tona recentemente. Dada a existência de programas “blindados” (no sentido que interrompê-los custaria mais, através de multas e penalidades contratuais, do que a sua continuidade), como o dos caças F-35 e Eurofighter, os submarinos U-212 e outros, a única maneira de fazê-lo é cortar o efetivo geral das forças, que, descontando-se os carabinieri, serão reduzidas de 175 para 140 mil homens (Di Feo, 2014). A Itália caminha para um país com uma capacidade aérea e naval média, mas com poucas forças de terra para envio ao exterior.

O caso francês também é típico. Nos últimos três anos, a França interviu na Líbia, em Mali e, agora, na Síria e no Iraque. Intervenções limitadas e que só puderam continuar depois de um certo ponto, na verdade, devido ao apoio dos Estados Unidos. Mesmo assim, um relatório revelou recentemente que o subfinanciamento (mesmo sendo o orçamento militar francês dos maiores da UE) associado a contínuas ações tem provocado uma inédita queda do padrão de qualidade e disponibilidade do equipamento das várias armas. No entanto, a perspectiva não é de qualquer aumento de recursos, pelo contrário: apenas em 2014, 7500 postos civis e militares devem ser eliminados e serão fechadas diversas bases e instalações (Wiegel, 2014).

No Reino Unido, apesar dos governos conservadores no poder e dos cortes já feitos, os planos do governo de Londres é reduzir o Exército a 82.000 homens em 2018, o que significa deixá-lo com o menor efetivo desde a Batalha de Waterloo em 1815 (Erlanger, 2014; Europe, 2014). Além disso, quase metade dos tanques Challenger-2 britânicos está em depósitos, indicando a falta de investimento nas forças blindadas. Na Alemanha, a redução de gastos e efetivos tem sido ainda maior, num processo notável (já que a Alemanha foi pouco afetada, até o presente momento, pela crise do euro) e que indica a relutância de Berlim em assumir qualquer papel ativo em termos internacionais. Das seis divisões blindadas e quatro motorizadas do *Bundeswehr* em 1990 restam duas, insuficientes para tarefas de defesa contra um inimigo mais numeroso.

Nota-se, assim, um padrão: reduzir as forças de terra e preservar, dentro do possível, as aéreas e navais. O Ocidente está caminhando para uma situação na qual sua única capacidade militar real será a aero-naval, na

dependência de aliados para colocar *boots on the ground*. O problema é, no caso de um conflito com a Rússia nas fronteiras da Ucrânia, esses aliados em terra não existem e apenas aviões e navios não conseguiriam deter o Exército russo.

Os próprios Estados Unidos estavam a reforçar essa trajetória. Em fevereiro, o secretário de defesa Chuck Hagel anunciou que, terminadas as guerras do Afeganistão e Iraque, seria possível diminuir as forças de terra substancialmente. Os recursos para as operações especiais, a guerra digital e os grupos de batalha de porta-aviões seriam preservados, mas o efetivo do Exército seria diminuído para cerca de 450 mil homens, o menor desde 1940. E, o que é ainda mais simbólico, toda uma classe de aeronaves, os A-10, seria retirada de serviço (Shanker e Cooper, 2014).

Esses aviões, concebidos durante a Guerra Fria para destruírem colunas de tanques soviéticos nas planícies da Alemanha, estavam, ainda que continuamente modernizados, chegando perto da obsolescência, mas a justificativa central para a sua retirada de serviço era que esse tipo de capacidade não era mais considerada necessária. Naquele momento, ficava evidente, pois, que os Estados Unidos consideravam que não seriam mais envolvidos em tarefas de conquista e ocupação de países estrangeiros e nem em conflitos convencionais com potências terrestres detentoras de forças substanciais. A única exceção talvez fosse a Coreia do Norte, mas, nesse caso, haveria o Exército sul-coreano como apoio e contrapeso. A decisão de aposentar esses aviões foi congelada pelo Congresso dos EUA posteriormente (House, 2014), em meio a discussões financeiras e técnicas, mas é a se pensar se a questão da Crimeia não teve algum peso nisso.

O Pentágono estava claramente reorientando seu eixo estratégico para o Oriente Médio e, cada vez mais, para o Pacífico nos últimos anos, com vistas, evidentemente, a conter a China. Tanto isso é verdade que, dos 400 mil soldados americanos presentes na Europa até o fim da URSS, restam apenas 30 mil, a maioria em funções de apoio e manutenção de bases, com poucas forças de combate, a maioria aéreas (Amerikaner, 2014), sendo oportuno recordar como, em 2013, as últimas forças blindadas americanas foram removidas da Europa.

Pela nova Estratégia de Defesa dos EUA, a experiência do Afeganistão ou do Iraque, na qual os militares americanos foram levados a longas e custosas guerras de ocupação, teria sido superada e eles estariam retornando a seu papel de provedores de cobertura estratégica de longo (o “guarda chuva nuclear”) e médio (o poder aéreo e naval) alcance a aliados confiáveis e de peso. No Pacífico, os Estados Unidos, apoiados pelas forças do Japão, estariam em posição para, se necessário, dar suporte aos sul-coreanos, aos taiwaneses, aos indianos, aos vietnamitas ou a outros aliados para conter, prática ou simbolicamente, o poder chinês. No caso europeu, contudo, como visto, tal situação não é mais replicável e isso inviabiliza uma ação mais agressiva por parte dos EUA.

Os ucranianos também não estavam e nem estão em condições de fazer o papel de “forças de terra” para o Ocidente. Quando da queda da URSS, as forças soviéticas em território ucraniano eram substanciais, com quase 800 mil soldados e quantidades imensas de tanques, aviões, helicópteros e outros equipamentos. Depois de quase um quarto de século de transferências para a Rússia, vendas a preço de custo no mercado externo, deterioração e baixo investimento, restam uns 130 mil soldados, pouco treinados e com equipamento, em geral, ultrapassado. Em 2013, apenas a título de comparação, a Ucrânia investiu nas suas forças militares apenas 1,3 bilhão de euros, frente a quase cinquenta vezes esse valor pela Rússia (Goncharenko, 2014). Os russos tem seis vezes mais homens e forças mais modernas e treinadas.

Talvez, na defesa do território nacional, os ucranianos mostrassem mais combatitividade (ainda que a lealdade de muitas tropas pudesse se mostrar duvidosa) e, provavelmente, seriam capazes de reagir melhor do que os georgianos em 2008. Mas nem de longe seriam capazes de vencer, mesmo com apoio aéreo ocidental (Marcus, 2014). Se pensarmos bem, talvez a decisão ucraniana (influenciada também por fatores internos e econômicos, com certeza) de não tentar seguir uma política de equilíbrio de forças com Moscou tenha sido correta, já que

inútil, num padrão próximo da vivenciada por Canadá/EUA ou Brasil/Argentina (Bertonha, 2013<sup>a</sup>). O fato que isso deixa a Ucrânia estrategicamente inferiorizada frente à Rússia, contudo, permanece.

Ainda em termos militares, cabe recordar um fato “politicamente incorreto”, mas verdadeiro. Em acordo firmado em 1994, a Ucrânia concordou em transferir para a Federação Russa e/ou eliminar as antigas armas nucleares soviéticas em seu território, as quais faziam da Ucrânia a terceira potência nuclear do globo. Tais armamentos incluíam 4500 ogivas nucleares, duas centenas de mísseis balísticos intercontinentais e uma variedade de bombardeiros estratégicos e mísseis de médio alcance (Amorosi, 2014).

Provavelmente, o Estado ucraniano não teria tido condições técnicas e financeiras de manter um arsenal desse tamanho, mas, se apenas um por cento do mesmo tivesse ficado nas mãos de Kiev, é provável que a liberdade de ação de Moscou na região fosse menor. Ninguém de bom senso gostaria de ver uma guerra nuclear entre a Federação Russa e a Ucrânia, mas o fato permanece: as nações signatárias (EUA, Rússia e Reino Unido) se comprometiam a respeitar a independência e a integridade territorial ucraniana e a não utilizar pressões militares e econômicas contra Kiev em questões relacionadas à soberania do país. Isso foi claramente desrespeitado e a posse de armas nucleares teria servido como um instrumento para anular a imensa superioridade convencional das forças russas, ao menos simbolicamente.

É possível que a crise ucraniana faça os europeus revisarem os cortes de orçamento e pessoal e repensarem a necessidade de aquisição de equipamento militar mais tradicional. A ação russa pode ter sido um alerta sobre como a convicção europeia de que viveríamos num mundo kantiano, de paz, cooperação e império da lei estava equivocada e que não se poderá contar com o guarda-chuva americano para sempre. O governo dos Estados Unidos também está pressionando para que os países da OTAN aumentem seus gastos militares para um padrão considerado mínimo, ou seja, cerca de 2% do PIB.

Em 2013, apenas os Estados Unidos (4,1%), o Reino Unido (2,4%), a Estônia (2%) e a Grécia (2,3%) atingiram esse patamar mínimo, ainda que, no caso grego e estoniano, provavelmente pela própria contração do PIB. A França ficou em 1,9%, a Turquia e a Polônia em 1,8%, a Alemanha em 1,3% e a Itália apenas em 1,2%. Espanha, Hungria e outros gastavam ainda menos, abaixo de 1,0%. Na média, os países da OTAN não chegavam a 1,6% e, com a exclusão dos Estados Unidos, essa média cairia ainda mais (Erlanger, 2014; Busse, 2014).

Alguns países, especialmente na Europa oriental ou nas proximidades, começaram a reagir. A Suécia, por exemplo, já anunciou que vai aumentar seus gastos militares e adquirir mais aviões de caça (Wyssuwa, 2014). O mesmo fez a Polônia. Mesmo assim, para o conjunto da Europa, uma reversão de tendência é improvável e, pelos anos a seguir, a superioridade estratégica russa deve se manter.

Gostaria de enfatizar novamente esse ponto. Mesmo levando-se em conta que as forças armadas russas de hoje não são mais o Exército Vermelho (Pincus, 2014) e que ainda estão a se recuperar do ponto mais baixo de sua história, os anos 1990, a simples proximidade geográfica e a existência de importantes forças de terra tornam a superioridade russa incontestável. Uma invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia provavelmente só poderia ser detida com o uso de armas nucleares e mesmo o uso simbólico do poder militar pelo Ocidente perde consistência quando se percebe a sua escassa consistência material. Quando a Federação russa resolveu “flexionar os músculos” durante a crise, dezenas de milhares de homens com centenas de tanques, aviões e helicópteros puderam ser reunidos rapidamente e isso foi e será feito novamente quando necessário.

Do outro lado, para as manobras ocidentais planejadas para o fim de 2014 na região, o Exército britânico ofereceu mil soldados e apenas 25 tanques (Farmer, 2014). Já os Estados Unidos enviaram, aos países bálticos e à Polônia, em outubro de 2014, uma força de cavalaria com 700 homens, 20 tanques M1A1 Abrams e carros blindados Bradley e Stryker (Apps e Krutaine, 2014). A mais importante força de terra jamais enviada pelo Pentágono à região e um claro sinal de compromisso com a defesa desses países, mas dificilmente uma barreira contra uma agressão russa.

Em outras palavras, num improvável choque entre as forças dos dois lados, a probabilidade de vitória russa seria maior e, quando se trata do uso simbólico do poder militar, a carta russa é muito mais crível do que a do Ocidente. É evidente que, se Moscou quer evitar um conflito real com a Europa e os EUA (o que parece ser o caso), a simples presença de algumas centenas de soldados ocidentais nas proximidades já serve para dar o recado, para passar a mensagem que aquela linha não deve ser cruzada. Não obstante, o fato é que a mensagem russa de que eles podem cruzar essa linha, se quiserem, é muito mais palpável e real do que o contrário.

Ressalto novamente que considero improvável que a Rússia tenha considerado realmente uma invasão em ampla escala da Ucrânia e a anexação de toda a sua parte oriental. Afinal, não só isso representaria uma escalada excepcional nas tensões com o Ocidente, como o próprio Exército russo, apesar de ser capaz de realizar essa invasão, teria dificuldades em ocupar um grande território no qual haveria resistências e ainda guarnecer uma nova fronteira “quente” com o que teria sobrado do Estado ucraniano e com o Ocidente. Calcula-se que, no mínimo, 100 mil homens teriam que ser utilizados apenas para tarefas de ocupação e isso seria um grande dreno nos recursos russos (Fraczek 2014).

Mesmo assim, a aplicação do poder militar em termos simbólicos teve um efeito claro no desenrolar dos acontecimentos e a própria anexação da Crimeia foi um ato, num certo sentido, também simbólico, punindo a Ucrânia por ter ousado ignorar os interesses gerais da Rússia e mostrando ao Ocidente que, em termos estratégicos, é Moscou que dá as cartas naquela região.

Isso confirma como a Rússia não parece confiar muito em seu *soft power* e que, nessa crise, a utilização de elementos de *hard power* (militares, econômicos, comerciais) foi uma constante, com resultados tangíveis, pois dificilmente alguém pensará no destino da Ucrânia daqui em diante sem consultar o Kremlin. A crise ucraniana confirma, a meu ver, como, na visão estratégica de Moscou, privilegia-se mais o *hard power* do que o *soft power* e que o realismo é muito mais presente do que a perspectiva idealista (Degault, 2014), o que forma um contraste com o caso brasileiro, por exemplo (Bertonha, 2013<sup>b</sup> e 2014). Não espanta, assim, que um país com o PIB da Itália, dependente da exportação de petróleo e gás, com redução populacional e outros problemas, invista 4,4% do PIB nas forças de defesa, o triplo da média europeia e próximo da dos Estados Unidos (Rizzi, 2014).

Nesse exato momento, Putin está a manter e expandir suas forças militares, ainda mais agora que percebeu como sua posição de força permite negociar de forma muito mais favorável com o Ocidente. Para um país que ainda sobrevive a partir da exploração de gás e petróleo, talvez isso se torne, uma hora, um dreno, mas, por agora, a crise ucraniana deu novos argumentos aos que, na Rússia, defendem que o *hard power* russo tem que ser preservado e expandido.

De qualquer modo, o que talvez vejamos, daqui para diante, é uma menor propensão, dentro da União Europeia, para cortes (ou, no mínimo, novos argumentos, dentre os militares, para resistir a eles) e uma rediscussão sobre onde utilizar os recursos. O argumento de que guerras convencionais são coisa do passado perdeu força depois do uso direto e aberto da pressão militar feita por Moscou e a recuperação de armas convencionais, como as blindadas e a artilharia, talvez esteja na ordem do dia, ao menos para quando a crise econômica e fiscal terminar.

A OTAN pode ser revitalizada, mais uma vez, com o medo do “urso russo” unindo novamente os europeus e os americanos em torno de um inimigo comum e voltando as atenções do Pentágono para a Europa outra vez, ainda que agora não mais na fronteira entre as antigas Alemanhas, mas centenas de quilômetros para leste. Não creio, contudo, que esse receio seja capaz de mudar novamente o eixo estratégico dos EUA do Pacífico para a Europa. A China é uma potência em ascensão e o Pacífico é o oceano do século XXI, enquanto a Rússia é uma em decadência, apesar de tudo. A Europa vai ser protegida pelo escudo americano, mas o olhar do Pentágono estará cada vez mais no Oriente. Se a Europa quiser voltar a ter voz ativa, em termos estratégicos, na sua fronteira oriental, caberá a ela se movimentar.

O caminho lógico para revitalizar as forças armadas europeias é, evidentemente, mais integração. Mesmo com os cortes recentes, o orçamento militar somado dos países da União Europeia é cerca de três vezes o russo

e a base de recursos, econômicos e tecnológicos, da Europa é muito superior à russa. Uma maior união entre os seus membros produziria mais resultados com custos menores. Não obstante, a integração das forças só pode se dar a partir da formatação de uma Estratégia de Defesa única e isso, por sua vez, depende de objetivos internacionais homogêneos, o que nunca existirá antes da união política. Assim como criar o euro sem uma política econômica unificada foi um erro desastroso (o qual, somado com a miopia dos conservadores alemães defensores da “austeridade” em meio a crise, quase destruiu a União Europeia), procurar unir as forças armadas sem a unificação política prévia não funcionaria. Seria, contudo, o caminho lógico, ainda que pouco realista no momento atual.

Outra questão fundamental é definir ou redefinir com clareza se a Europa, supondo-se que ela conseguisse criar uma política externa unificada, pretende ou não usar a força nas suas relações internacionais. Como já indicado, a recente diminuição relativa da capacidade militar europeia tem a ver com a crise econômica, mas também – especialmente em alguns países, como a Alemanha e outros países nórdicos – com uma escolha deliberada de renúncia ao uso da força nas relações internacionais. A crise ucraniana pode alterar, ou não, essa percepção, mas isso ainda não está dado.

No tocante à Rússia, ela não é imune às sanções ocidentais e já está sofrendo com fuga de capitais, dificuldades de acesso a créditos internacionais (McFarqhar, 2014; Mars, 2014), etc. No entanto, com o estabelecimento de uma aliança mais estreita com a China e a assinatura de acordos maciços de exportação de gás e petróleo para sua vizinha oriental, a Rússia não será sufocada economicamente, ainda que possa acabar ficando na dependência de Pequim. Outra ironia da crise ucraniana foi essa, a de aproximar ainda mais os dois gigantes asiáticos. Sem ter feito praticamente nada para isso, a China foi quem mais lucrou, provavelmente, com o acontecido em Kiev e na Criméia.

## Referências

- Amerikaner im Westen, Russen im Osten. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 17/10/2014. Disponível em <http://www.faz.net/aktuell/politik/ausland/europa/amerika-und-russland-stocken-truppen-auf-12902175.html>. Acesso em 17/10/2014.
- Amorosi, Massimo. L'Ucraina, senza Crimea e senza atomica. *Limes – Rivista italiana di geopolitica (on line)*, 20/3/2014. Disponível em <http://temi.repubblica.it/limes/lucraina-senza-crimea-e-senza-atomica/59466?printpage=undefined>. Acesso em 22/3/2014.
- Apps, Peter e Krutaine, Aija. U.S. sends ‘Ironhorse’ tanks to NATO’s nervous Baltic front line. *Reuters*, 1/10/2014. Disponível em <http://uk.reuters.com/article/2014/10/01/uk-ukraine-crisis-baltic-usa-idUKKCN0HQ33120141001>. Acesso em 14/10/2014.
- Bassetts, Marc. Los titubeos europeos ante la crisis de Ucrania impacientan a EE UU. *El País*, 1/5/2014. Disponível em [http://internacional.elpais.com/internacional/2014/05/01/actualidad/1398962719\\_870603.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2014/05/01/actualidad/1398962719_870603.html). Acesso em 2/5/2014.
- Bertonha, João Fábio. *Rússia: ascensão e queda de um Império. Uma história geopolítica e militar da Rússia, dos czares ao século XXI*. Curitiba: Juruá, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Geopolítica, defesa e desenvolvimento. A primeira década do século Xxi na América Latina e no mundo*. Maringá: Eduem, 2011
- \_\_\_\_\_. Brasil e Rússia: igualdades, diferenças, aproximações e distanciamentos entre dois BRICS no cenário internacional do século XXI. *Mejdunarodnaia Jizn (Vida Internacional)*. Número especial em português (2012), p. 107-126.

- \_\_\_\_\_. Canadá e Estados Unidos, Brasil e Argentina. Reflexões sobre relações assimétricas no norte e no sul das Américas. *Interfaces Brasil/Canadá*. 13, 16:91-112, 2013<sup>a</sup>.
- \_\_\_\_\_. A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56, 2:112-130, 2013<sup>b</sup>.
- Brzezinski, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Basic Books. 1997.
- \_\_\_\_\_. Putin's three choices on Ukraine. *Washington Post*, 8/7/2014. Disponível em [http://www.washingtonpost.com/opinions/zbigniew-brzezinski-putins-three-choices-on-ukraine/2014/07/08/ba1e62ae-0620-11e4-a0dd-f2b22a257353\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/opinions/zbigniew-brzezinski-putins-three-choices-on-ukraine/2014/07/08/ba1e62ae-0620-11e4-a0dd-f2b22a257353_story.html). Acesso em 15/10/2014.
- Busse, Nikolas. Verteidigungsausgaben der Nato. Auch Deutschlands Partner sind schlecht gerüstet. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 16/10/2014. Disponível em <http://www.faz.net/aktuell/politik/verteidigungsausgaben-der-nato-auch-deutschlands-partner-sind-schlecht-geruestet-13192496.html>. Acesso em 16/10/2014.
- Degault, Marcos. The Russian Strategic Culture and the Annexation of Crimea: The Empire Strikes Back? *Mundorama. Divulgação Científica em Relações internacionais*. 10/5/2014. Disponível em <http://mundorama.net/2014/05/10/the-russian-strategic-culture-and-the-annexation-of-crimea-the-empire-strikes-back-by-marcos-degaut/>. Acesso em 11/5/2014.
- Di Feo, Gianluca. Ma quale sprechi. Tagliamo i soldati. *L'Espresso*, 16/10/2014. Disponível em <http://espresso.repubblica.it/plus/articoli/2014/10/09/news/ma-quali-sprechi-tagliamo-i-soldati-1.183621>. Acesso em 17/10/2014
- Erlanger, Steven. Europe Begins to Rethink Cuts to Military Spending. *The New York Times*, 26/3/2014, Disponível em <http://www.nytimes.com/2014/03/27/world/europe/europe-begins-to-rethink-cuts.html>. Acesso em 27/3/2014.
- Europe needs a reset on defence. Nations must rethink military cuts after Russian action. *Financial Times*, 11/3/2014. Disponível em <http://www.ft.com/cms/s/0/7133acce-a924-11e3-9b71-00144feab7de.html#axzz3GOq6wZYt>. Acesso em 23/3/2014.
- Farmer, Ben. Britain offers tanks and 1,000 troops for Nato show of strength against Putin. *The Telegraph*. 10/6/2014. Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/defence/10876222/Britain-offers-tanks-and-1000-troops-for-Nato-show-of-strength-against-Putin.html>. Acesso em 15/10/2014.
- Fraczek, Jennifer. Ukraine conflict parties: Where, how strong? *Deutsche Welle*, 26/4/2014. Disponível em <http://www.dw.de/ukraine-conflict-parties-where-how-strong/a-17593918>. Acesso em 12/9/2014.
- Goncharenko, Roman. How strong is Ukraine's army? *Deutsche Welle*, 4/3/2014. Disponível em <http://www.dw.de/how-strong-is-ukraines-army/a-17473336>. Acesso em 12/9/2014.
- House spending bill blocks A-10 retirement. *Military Times*, 20/6/2014. Disponível em <http://www.militarytimes.com/article/20140620/NEWS05/306190066/House-spending-bill-blocks-10-retirement>. Acesso em 13/10/2014.
- Marcus, Jonathan. Ukraine: the military balance of power. *BBC News Europe*, 3/3/2014. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-26421703>. Acesso em 4/3/2014.
- Mars, Amanda. La incertidumbre provoca una huida en masa de capitales desde Rusia. *El País*, 26/3/2014. Disponível em [http://internacional.elpais.com/internacional/2014/03/26/actualidad/1395866110\\_972860.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2014/03/26/actualidad/1395866110_972860.html). Acesso em 27/3/2014.
- McFarqhar, Neil. As Sanctions Pile Up, Russians' Alarm Grows Over Putin's Tactics. *The New York Times*, 29/7/2014. Disponível em <http://www.nytimes.com/2014/07/30/world/europe/as-sanctions-pile-up-russians-alarm-grows-over-putin-tactics.html>. Acesso em 30/7/2014.
- Mielniczuk, Fabiano. A crise ucraniana e suas implicações para as relações internacionais. *Conjuntura Austral*, 5, 23: 4-19, 2014.



- Pincus, Walter. Russia's military is the largest in the region, but it isn't the same force as in Soviet times. *Washington Post*, 10/3/2014. Disponível em [http://www.washingtonpost.com/world/national-security/russias-military-is-the-largest-in-the-region-but-it-isnt-the-same-force-as-in-soviet-times/2014/03/10/b3b955b8-a48c-11e3-a5fa-55f0c77bf39c\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/world/national-security/russias-military-is-the-largest-in-the-region-but-it-isnt-the-same-force-as-in-soviet-times/2014/03/10/b3b955b8-a48c-11e3-a5fa-55f0c77bf39c_story.html). Acesso em 21/10/2014.
- Rizzi, Andrea. Una superpotencia (con il PIB de Italia). *El País*, 19/3/2014. Disponível em [http://internacional.elpais.com/internacional/2014/03/19/actualidad/1395256438\\_494136.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2014/03/19/actualidad/1395256438_494136.html). Acesso em 20/3/2014.
- Rjabčuk, Mykola. Est contro ovest, il falso mito delle due Ukraine. *Limes – Rivista italiana di geopolitica (online)*, 8/5/2014. Disponível em <http://temi.repubblica.it/limes/est-contro-ovest-il-falso-mito-delle-due-ucraine/61393>. Acesso em 22/5/2014.
- Shanker, Thom e Cooper, Helene. Pentagon Plans to Shrink Army to Pre-World War II Level. *The New York Times*, 23/2/2014. Disponível em [http://www.nytimes.com/2014/02/24/us/politics/pentagon-plans-to-shrink-army-to-pre-world-war-ii-level.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2014/02/24/us/politics/pentagon-plans-to-shrink-army-to-pre-world-war-ii-level.html?_r=0). Acesso em 23/2/2014.
- Wiegel, Michaela. Sakrosankt, aber nicht einsatzbereit. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 14/10/2014. Acesso em 15/10/2014.
- Wyssuwa, Matthias. Aus Angst vor Russland. Schweden rüstet auf. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 22/4/2014. Disponível em <http://www.faz.net/aktuell/politik/aus-angst-vor-russland-schweden-ruestet-auf-12905108.html>. Acesso em 16/10/2014.

## Resumo

O presente artigo discute a recente crise na Ucrânia e as implicações em termos estratégicos do choque entre a OTAN, a União Europeia e a Rússia. Mais especificadamente, o texto procura compreender o uso do *hard power* por parte da Federação russa e como isso pode levar a uma reavaliação da postura idealista da União Europeia no tocante a suas relações internacionais e de sua Estratégia de Defesa. Do mesmo modo, o texto questiona a possibilidade e/ou necessidade de alterações na Estratégia de Defesa nos EUA frente à crise no leste europeu.

## Abstract

This article discusses the recent crisis in Ukraine and the strategic implications of the clash between NATO, the European Union and Russia. More specifically, the text seeks to understand the use of the hard power by the Russian Federation during the crisis and how this use can lead to a reassessment of European idealistic approach of international relations and military matters. At the same time, the article discusses the possibility and/or necessity of changes in American military strategies to deal with future problems in Eastern Europe.

**Palavras chave:** Rússia; Ucrânia; União Europeia; Estados Unidos; hard power; soft power.

**Keywords:** Russia; European Union; Ukraine; United States; hard power; soft power.

*Recebido em 24/10/2014*

*Aprovado em 21/11/2014*